



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**A expansão do Setor Elétrico Brasileiro e as
modalidades de parceria empresarial
A participação do Sistema Eletrobras**

Flávia Xavier Cirilo de Sá

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos
Setores Energético e Mineral

Rio de Janeiro

Março de 2017



Flávia Xavier Cirilo de Sá

**A expansão do Setor Elétrico Brasileiro e as modalidades
de parceria empresarial
A participação do Sistema Eletrobras**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Orientador: Leonardo Lima

Rio de Janeiro

Março de 2017

Agradecimentos

Agradeço a minha irmã Silvana, pela compreensão e ajuda nas tarefas familiares, permitindo-me fazer este trabalho.

Aos colegas do curso pelo companheirismo e incentivo a cada fim de semana de aula.

Agradeço também ao amigo, Márcio Pereira Zimmermann, pelo incentivo contínuo e pela contribuição e comentários neste trabalho.

Resumo

O trabalho realiza uma exposição sobre a expansão do Setor Elétrico Brasileiro e as modalidades de parceria empresarial, com foco nas modalidades Consórcio e Sociedade de Propósito Específico, analisando as disposições dos editais de licitação dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica publicados no período de 2004 a 2016, quanto à forma de arranjo empresarial permitida, bem como os resultados desses leilões considerando a forma de participação das empresas de geração e transmissão do Sistema Eletrobras.

Palavras-chave

consórcio; edital de licitação; Eletrobras; expansão; gestão; leilões; parcerias; setor elétrico; sociedade.

Abstract

The paper presents an exhibition on the expansion of the Brazilian Electric Sector and the business partnership modalities, focusing on the Consortium and Specific Purpose Society modalities, analyzing the provisions of the bidding documents for the auctions of generation and transmission of electric energy published in the period from 2004 to 2016 regarding the form of business arrangement permitted, as well as the results of these auctions considering the participation of the generation and transmission companies of the Eletrobras System.

Key-words

consortium; bidding notice; Eletrobras; expansion; management; auctions; partnerships; electrical sector; society.

Sumário

1.	Introdução.....	1
1.1	Objetivo	2
1.2	Metodologia	2
2.	A Legislação Brasileira	3
2.1	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976	3
2.2	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	4
2.3	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.....	6
2.4	Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998	7
2.5	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002	7
2.6	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004	7
2.7	Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	8
2.8	Instrução Normativa da RFB nº 1.199, de 14 de outubro de 2011	9
2.9	Instrução Normativa da RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016.....	10
3.	As modalidades de parceria entre empresas	11
3.1	Consórcio	11
3.2	Sociedade de Propósito Específico - SPE	14
4.	A Expansão do Setor Elétrico Brasileiro	18
4.1	Os Editais de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.....	23
4.1.1	Editais de Geração	23
4.1.2	Editais de Transmissão	25
4.1.3	A Participação das Empresas do Sistema Eletrobras na Expansão do Setor Elétrico.....	27
5.	Análise.....	29
6.	Conclusão.....	31
7.	Bibliografia.....	33
	Anexo	38

Lista de Figuras

Figura 1. Principais características do Consórcio	14
Figura 2. Principais características da SPE.....	18
Figura 3. Processo de Expansão da Geração de Energia Elétrica	22
Figura 4. Processo de Expansão da Transmissão de Energia Elétrica.....	22

Lista de Tabelas

Tabela 1. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE.....	27
Tabela 2. Editais de Transmissão: previsão de participação de consórcios e criação de SPE.....	27
Tabela 3. SPE com maioria Eletrobras, estala na origem e incorporadas ..	29
Tabela 4. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE.....	38
Tabela 5. Editais de Transmissão: previsão de participação de consórcios e criação de SPE.....	42
Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016	44
Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016	52

Siglas

ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileira S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Furnas	Furnas Centrais Elétricas S.A.
LEN	Leilão de Energia Nova
LER	Leilão de Energia Reserva
LFA	Leilão de Fontes Alternativas
MME	Ministério de Minas e Energia
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAR	Plano de Ampliações e Reforços nas Instalações de Transmissão
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PET	Programa de Expansão da Transmissão
PNE	Plano Nacional de Energia
RFB	Receita Federal do Brasil
SIN	Sistema Interligado Nacional
SPE	Sociedade de Propósito Específico

1. Introdução

Nas últimas décadas, o setor empresarial passou a observar a lógica da gestão e do planejamento estratégico, que pressupõe a definição das premissas da empresa (valores, visão e missão), a elaboração de estratégias de curto, médio e longo prazos, a realização coordenada dos planos de ação, bem como a organização das atividades em torno de projetos (com início, meio e fim).

Isso porque, na economia moderna, verifica-se uma tendência das organizações empresariais a transformarem seus empreendimentos, ou seja, suas atividades produtivas, em projetos; tais como o gerenciamento dos objetivos, do tempo, dos custos, da qualidade, dos riscos, dos recursos humanos, etc. Dentre os fatores que têm instigado essa ação na maioria das empresas se encontram a concorrência, o avanço das tecnologias, a necessidade de inovação.

Para a gestão desses projetos, as empresas têm buscado diversas formas de modalidade de parcerias, tanto do ponto de vista administrativo, quanto financeiro, visando à maximização dos resultados, à composição dos interesses das partes e à realização mais eficiente do planejamento estratégico. Dentre essas modalidades de parcerias, pode-se citar o Consórcio e a Sociedade de Propósito Específico – SPE.

Com o advento do novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro, com a publicação das Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, que dispõem sobre o planejamento e a forma de comercialização de energia elétrica, com a realização de leilões de geração e transmissão de energia elétrica, visando à expansão do setor, por meio da outorga de concessões e autorizações, e, conseqüentemente, o atendimento eletroenergético do Sistema Interligado Nacional - SIN, houve um aumento na competição entre as empresas interessadas, levando-as, muitas vezes, a se unirem em sociedades empresariais para a consecução de objetivos comuns.

A união das empresas tem sido, de modo geral, por meio da criação de Consórcio ou de Sociedade de Propósito Específico – SPE, conforme disposições constantes do edital de licitação. Entretanto, com o novo cenário macroeconômico do País, levando a definição de novas regras de financiamento, tanto para empreendimentos de geração quanto de transmissão, surgir-se a dúvida,

principalmente para empresas estatais, como a Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobras e suas controladas, sobre o tipo de modalidade de parceria entre empresas a ser adotado, objetivando a realização do melhor negócio e gestão dos investimentos realizados.

1.1 Objetivo

Assim, este trabalho apresenta o conceito das modalidades de parceria entre empresas mencionadas, quais sejam, Consórcio e SPE, à luz da legislação brasileira, e sua aplicação na realização de novos investimentos no Setor Elétrico Brasileiro.

Para tanto, é feita uma breve explanação da legislação referente às modalidades de parceria Consórcio e Sociedade de Propósito Específico e da legislação do Setor Elétrico Brasileiro. Em seguida, são descritas as especificidades dessas modalidades de parceria e abordados os aspectos relativos à expansão desse setor, por meio dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica, viabilizando a realização de novos investimentos. Continuando, o trabalho versa sobre a participação das empresas do Sistema Eletrobras na expansão do sistema eletroenergético brasileiro desde 2004, por meio da análise dos editais de licitação e dos resultados desses leilões, considerando a forma de parceria empresarial adotada e os impactos decorrentes de eventuais mudanças nessas parcerias, principalmente na gestão pelas empresas Eletrobras.

1.2 Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho baseou-se na investigação de natureza qualitativa, sendo utilizadas a fundamentação teórica a partir da pesquisa bibliográfica e de informações e dados técnicos disponibilizados pelos principais órgãos do setor elétrico brasileiro.

Para tanto, utilizou-se a legislação vigente, ou seja, leis e decretos, que regulamentam o setor elétrico brasileiro e as parcerias empresariais, documentos e informações publicados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Empresa de Pesquisa Energética - EPE,

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pelo Sistema Eletrobras, bem como artigos, dissertações e teses pesquisados na internet.

2. A Legislação Brasileira

Este capítulo apresenta os principais marcos legais concernentes à realização de novos investimentos no Setor Elétrico Brasileiro, e, conseqüentemente, à expansão do setor e às modalidades de parceria empresariais.

2.1 Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976

A Lei nº 6.404, de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações. A Lei estabelece em seu art. 1º que a sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. O §2º do art. 2º da Lei dispõe que o estatuto social da sociedade definirá o objeto de modo preciso e completo.

A referida Lei também dispõe em seus arts. 278 e 279 sobre a modalidade de Consórcios, definindo o que se segue.

“Art. 278. As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto neste Capítulo.

§ 1º O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.

§ 2º A falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes; os créditos que porventura tiver a falida serão apurados e pagos na forma prevista no contrato de consórcio.

Art. 279. O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, do qual constarão: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I - a designação do consórcio se houver;

II - o empreendimento que constitua o objeto do consórcio;

III - a duração, endereço e foro;

IV - a definição das obrigações e responsabilidade de cada sociedade consorciada, e das prestações específicas;

V - normas sobre recebimento de receitas e partilha de resultados;

VI - normas sobre administração do consórcio, contabilização, representação das sociedades consorciadas e taxa de administração, se houver;

VII - forma de deliberação sobre assuntos de interesse comum, com o número de votos que cabe a cada consorciado;

VIII - contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver.

Parágrafo único. O contrato de consórcio e suas alterações serão arquivados no registro do comércio do lugar da sua sede, devendo a certidão do arquivamento ser publicada.”

Esta Lei também estabelece a forma de distribuição de dividendos em seus arts. 201 a 205.

“Art. 201. A companhia somente pode pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros; e à conta de reserva de capital, no caso das ações preferenciais de que trata o § 5º do artigo 17.

§ 1º A distribuição de dividendos com inobservância do disposto neste artigo implica responsabilidade solidária dos administradores e fiscais, que deverão repor à caixa social a importância distribuída, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

§ 2º Os acionistas não são obrigados a restituir os dividendos que em boa-fé tenham recebido. Presume-se a má-fé quando os dividendos forem distribuídos sem o levantamento do balanço ou em desacordo com os resultados deste.

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 608, de 2013) (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

.....

Art. 203. O disposto nos artigos 194 a 197, e 202, não prejudicará o direito dos acionistas preferenciais de receber os dividendos fixos ou mínimos a que tenham prioridade, inclusive os atrasados, se cumulativos. (Vide Medida Provisória nº 608, de 2013) (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

Art. 204. A companhia que, por força de lei ou de disposição estatutária, levantar balanço semestral, poderá declarar, por deliberação dos órgãos de administração, se autorizados pelo estatuto, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

.....

Art. 205. A companhia pagará o dividendo de ações nominativas à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

.....”

2.2 Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

A Lei nº 8.987, de 1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, de 1988.

A referida Lei, em seu art. 2º, incisos II e III, estabelece os seguintes conceitos:

- i. Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; e
- ii. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

Dos conceitos supracitados, verifica-se que a outorga de concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública será mediante processo licitatório a ser realizado pelo poder concedente. Tais conceitos são ratificados no art. 14 da Lei, abaixo transcrito:

“Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.”

Relativamente às modalidades de parceria de empresas, a Lei nº 8.987, de 1995, dispõe no art. 19, que é permitida a participação de empresas em consórcio, desde que prevista no edital de licitação e que observados os seguintes pontos:

- i. Comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- ii. Indicação da empresa responsável pelo consórcio;
- iii. Apresentação dos documentos exigidos nos incisos V (documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal) e XIII (as condições

de liderança da empresa responsável) do art. 20, por parte de cada consorciada;

- iv. Impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

O § 1º do art. 19 estabelece, ainda, que o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio e o § 2º estabelece que a empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Por fim, o art. 20 dispõe sobre a faculdade do poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, de determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

2.3 Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995

A Lei nº 9.074, de 1995, estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

O Capítulo II dessa Lei trata dos Serviços de Energia Elétrica, que dispõe em seu art. 4º que as concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas, prorrogadas ou outorgadas nos termos dessa e da Lei nº 8.987, e das demais.

Ademais, referida Lei defini no art. 5º que os aproveitamentos de potenciais hidrelétricos são objeto de concessão, mediante licitação, no art. 7º que as usinas termelétricas e as pequenas centrais de geração são objeto de autorização, e no art. 17 que as instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica do SIN também são objeto de concessão, mediante licitação.

“Art. 5º São objeto de concessão, mediante licitação:

I - o aproveitamento de potenciais hidráulicos e a implantação de usinas termelétricas de potência superior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts)

destinados a execução de serviço público; (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

II - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a produção independente de energia elétrica; (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

III - de UBP, o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a uso exclusivo de autoprodutor, resguardado direito adquirido relativo às concessões existentes. (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

.....

Art. 7º São objeto de autorização:

I - a implantação de usinas termoelétricas de potência superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) destinadas a uso exclusivo do autoprodutor e a produção independente de energia; (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

II - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e igual ou inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a uso exclusivo do autoprodutor e a produção independente de energia. (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

.....”

2.4 Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998

O Decreto nº 2.555, de 2 de julho de 1998, trata em seu art. 6º sobre a prestação do serviço público de transmissão, que será outorgada mediante processo licitatório.

“Art 6º Ressalvados os casos indicados na legislação específica, a atividade de transmissão de energia elétrica será exercida mediante concessão, precedida de licitação, observado o disposto no art. 3º deste regulamento.”

2.5 Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Esta Lei institui o Código Civil, sendo que o seu art. 981 dispõe sobre as sociedades entre empresas.

“Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.”

2.6 Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004

A Lei nº 10.848, de 2004, alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, definindo que serão

realizados leilões regulados para o atendimento de 100% (cem por cento) da demanda das concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme o caput do art. 2º, e que os leilões para a contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos, ou seja, para atendimento à expansão do setor, serão realizados entre três e sete anos de antecedência do início do suprimento, conforme disposto no inciso III, §2º, do mesmo artigo

“Art. 2º As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN deverão garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento, o qual, observadas as diretrizes estabelecidas nos parágrafos deste artigo, disporá sobre:

....

§ 2º A contratação regulada de que trata o caput deste artigo deverá ser formalizada por meio de contratos bilaterais denominados Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, celebrados entre cada concessionária ou autorizada de geração e todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição, devendo ser observado o seguinte:

....

III - para a energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a entrega será iniciada a partir do terceiro e até o sétimo ano subsequente ao da licitação, com prazo de suprimento de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 35 (trinta e cinco) anos; (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

§ 5º Os processos licitatórios necessários para o atendimento ao disposto neste artigo deverão contemplar, dentre outros, tratamento para:

I - energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes;

II - energia proveniente de novos empreendimentos de geração; e

III - fontes alternativas.

.....

Art. 3º

.....

.....

§ 3º Com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, o Poder Concedente poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada.”

2.7 Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004

A Lei nº 11.079, de 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada. O Capítulo IV dessa Lei trata da modalidade em parceria Sociedade de Propósito Específico – SPE, conforme transcrito a seguir.

“Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

§ 5º A vedação prevista no § 4º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.”

Merece ser destacado o disposto no §4º, ou seja, a vedação de empresas estatais possuírem a maioria do capital votante de uma SPE, havendo assim, a necessidade de associação com entes privados.

2.8 Instrução Normativa da RFB nº 1.199, de 14 de outubro de 2011

Esta instrução dispõe sobre procedimentos fiscais dispensados aos consórcios constituídos nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011.

“Art. 1º O consórcio constituído nos termos do disposto nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as pessoas jurídicas consorciadas deverão, para efeitos dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observar o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º As empresas integrantes de consórcio constituído nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 1976, respondem pelos tributos devidos, em relação às operações praticadas pelo consórcio, na proporção de sua participação no empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 1º O consórcio que realizar a contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, poderá efetuar a retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, ficando as empresas consorciadas solidariamente responsáveis.

§ 2º Se a retenção de tributos ou o cumprimento das obrigações acessórias relativos ao consórcio forem realizados por sua empresa líder, aplica-se, também, a solidariedade de que trata o § 1º.

Art. 3º Para efeito do disposto no caput do art. 2º, cada pessoa jurídica participante do consórcio deverá apropriar suas receitas, custos e despesas

incorridos, proporcionalmente à sua participação no empreendimento, conforme documento arquivado no órgão de registro, observado o regime tributário a que estão sujeitas as pessoas jurídicas consorciadas.

§ 1º O disposto no caput aplica-se para efeito da determinação do lucro real, presumido ou arbitrado, da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como para apurar a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) como também para apurar os créditos das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições.

§ 2º A empresa líder do consórcio deverá manter registro contábil das operações do consórcio por meio de escrituração segregada na sua contabilidade, em contas ou subcontas distintas, ou mediante a escrituração de livros contábeis próprios, devidamente registrados para este fim.

§ 3º Na ausência de empresa líder, ou se não houver disposições legais exigindo a indicação de uma líder, deverá ser eleita uma das consorciadas para os fins previstos no § 2º.

§ 4º Os registros contábeis das operações no consórcio, efetuados pela empresa líder ou pela consorciada eleita para este fim, deverão corresponder ao somatório dos valores das receitas, custos e despesas das pessoas jurídicas consorciadas, podendo tais valores serem individualizados proporcionalmente à participação de cada consorciada no empreendimento.

§ 5º Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º a 4º, cada pessoa jurídica consorciada deverá efetuar a escrituração segregada das operações relativas à sua participação no consórcio em seus próprios livros contábeis, fiscais e auxiliares.

§ 6º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal utilizados para registro das operações do consórcio e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pela empresa líder ou pela consorciada eleita de que trata o § 3º, e pelas empresas consorciadas até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes de tais operações.

..... ”

2.9 Instrução Normativa da RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016

Esta instrução dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

Relativamente às modalidades de parcerias empresariais e estabelece que:

“Art. 4º São também obrigados a se inscrever no CNPJ:

.....

III - grupos e consórcios de sociedades, constituídos, respectivamente, na forma prevista nos arts. 265 e 278 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

..... ”

3. As modalidades de parceria entre empresas

A dinâmica contemporânea das atividades empresariais exige a gestão e o planejamento estratégico dos negócios e investimentos. As modalidades de parcerias entre empresas representam a forma com que as empresas se configuram para tanto. Essas estruturas e suas respectivas governanças permitem a interação das partes para que o conjunto realize um produto de maior valor. As modalidades praticadas pelas organizações dependem de uma série de fatores externos às organizações participantes, mas dependem também de suas culturas, valores e identidades, buscando, sempre, novas atividades lucrativas, especialmente executadas por meio de projetos.

Assim, faz-se necessária análise detalhada das oportunidades e implicações societárias das duas principais modalidades de parceria utilizadas no Setor Elétrico Brasileiro, com o objetivo de executar, da forma mais eficaz possível, os projetos, quais sejam: (i) Consórcio; e (ii) Sociedade de Propósito Específico – SPE.

No Setor Elétrico Brasileiro, a modalidade de Consórcio está prevista na Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe no art. 2º que a outorga de concessão de serviço público, com ou sem a construção de obras, poderá ser dada a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, desde que comprovada a capacidade de desempenho. Já a modalidade de SPE está prevista também na referida lei, art. 20, que dispõe “*É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.*”

3.1 Consórcio

O consórcio é a união ou o agrupamento de empresas, com a finalidade de executar determinado empreendimento. Em outras palavras, o consórcio pode ser definido como contrato no qual duas ou mais empresas se associam para conjugar esforços e recursos (humanos, técnicos, materiais, financeiros, tecnológicos etc.), e assumir atividades que isoladamente não seriam capazes de realizar, para a execução de determinado empreendimento.

Ainda, conforme o art. 278 da Lei nº 6.404, de 1976, o consórcio não possui personalidade jurídica, havendo a necessidade de estabelecimento das obrigações de cada empresa sócia em contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Já o art. 279 da referida Lei detalhou as principais condições a serem definidas no contrato, dentre elas: (i) a designação do consórcio; (ii) o empreendimento que constitua o objeto do consórcio; (iii) a duração, endereço e foro; (iv) as obrigações e responsabilidade de cada consorciada, e das prestações específicas; (v) regras sobre recebimento de receitas e partilha de resultados; (vi) regras sobre administração do consórcio, contabilização, representação das consorciadas e taxa de administração, se houver; (vii) forma de deliberação sobre assuntos de interesse comum, com o número de votos que cabe a cada consorciado; e (viii) contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver. Por fim, o parágrafo único estabeleceu a necessidade de registro do contrato em Junta Comercial, bem como suas alterações.

Em outras palavras, a característica principal desse tipo de contrato, é a junção de duas ou mais empresas para a constituição de um objetivo comum, sem que cada empresa perca a sua individualidade, ou seja, cada uma, individualmente, continua em pleno funcionamento conforme os seus objetivos sociais, e através de contrato particular, se unirão para a execução, por exemplo, de uma obra de infraestrutura, estabelecendo no referido instrumento, as prerrogativas e responsabilidades das partes envolvidas, sem que com isso, seja constituída uma empresa.

Logo, o consórcio é contrato plurilateral, de colaboração, sem personalidade jurídica, cujos membros (sociedades consorciadas) preservam sua autonomia jurídica, patrimonial e estratégica, e somente se obrigam nas condições previstas no contrato, respondendo cada um por suas obrigações.

Destarte, observa-se que a grande vantagem do consórcio consiste em permitir que as consorciadas reportem seus resultados de forma separada e autônoma, em razão de o consórcio não ser considerado pessoa jurídica, sendo mantida a independência patrimonial de cada uma delas com a possibilidade de gestão conjunta de um empreendimento.

De modo geral, devido à ausência de personalidade jurídica, o consórcio não dispõe de capital social ou patrimônio próprios, devendo o instrumento contratual

dispor sobre: (i) as obrigações, risco e responsabilidades de cada consorciada; (ii) as contribuições das consorciadas para a constituição de consórcio; (iii) o rateio das despesas e divisão dos resultados; e (iv) a definição de empresa líder, conforme determina o inciso VI, art. 279, da Lei nº 6.404, de 1976, devendo ser observados os princípios de ordem pública e boa-fé.

Ademais, no caso de necessidade de obtenção de recursos para o desenvolvimento do projeto ou empreendimento, o financiador analisará a capacidade de endividamento das empresas consorciadas, ou seja, o fluxo de caixa das empresas, e não do projeto, será utilizado para servir a dívida. Este tipo de financiamento é conhecido como *Corporate Finance*.

A principal característica do *Corporate Finance* é que a análise da capacidade de pagamento para concessão do crédito, a avaliação de risco e a estruturação das garantias à operação recaem principalmente sobre as empresas consorciadas, e não sobre o projeto. Nesse sentido, as empresas dão como garantia seus próprios ativos, sendo de extrema importância a saúde financeira das empresas.

Ainda, destaca-se que apesar de o consórcio não ter personalidade jurídica, é obrigado a se inscrever no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, nos termos do inciso III, art. 4º, da Instrução Normativa SRF nº 1.634, de 2016. Tal norma tem por objetivo controlar o consórcio no cumprimento da obrigação acessória de reter o imposto na fonte de pagamentos que efetua, bem como a retenção do imposto incidente sobre rendimentos financeiros que lhe são pagos.

Nesse interím, destaca-se que a Instrução Normativa SRF nº 1.199, de 2011 estabelece em seu art. 1º que o consórcio e suas empresas sócias devem observar o que segue:

- a) As empresas integrantes de consórcio respondem pelos tributos devidos, na proporção de sua participação no empreendimento;
- b) Cada empresa integrante do consórcio deverá apropriar suas receitas, custos e despesas incorridos, proporcionalmente à sua participação no empreendimento, conforme documento arquivado no órgão de registro, observado o regime tributário a que estão sujeitas as pessoas jurídicas consorciadas;

- c) A empresa líder do consórcio deverá manter registro contábil das operações do consórcio por meio de escrituração segregada na sua contabilidade, em contas ou subcontas distintas, ou mediante a escrituração de livros contábeis próprios, devidamente registrados para este fim; e
- d) Cada empresa integrante do consórcio deverá efetuar a escrituração segregada das operações relativas à sua participação no consórcio em seus próprios livros contábeis, fiscais e auxiliares.

A Figura a seguir apresenta, de forma resumida, as principais características da modalidade de parceria Consórcio.

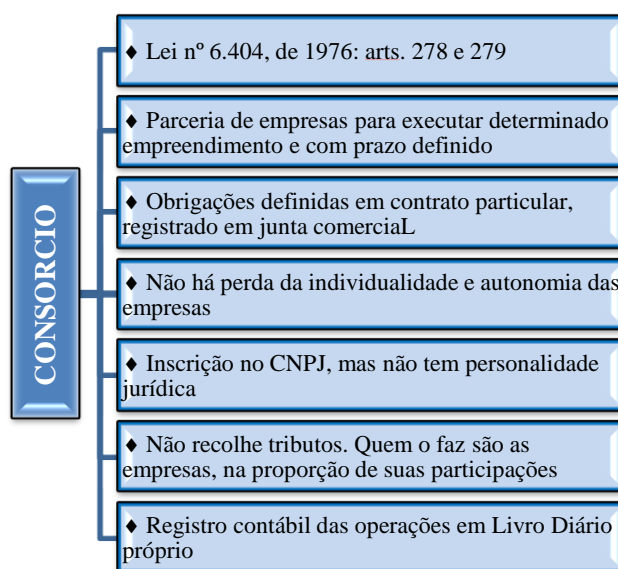


Figura 1. Principais características do Consórcio

Nota: Elaboração própria.

3.2 Sociedade de Propósito Específico - SPE

A modalidade de parceria Sociedade de Propósito Específico - SPE surgiu juntamente com a Lei de Parceria Pública Privada (art. 9º da Lei nº 11.079, de 2004), com o objetivo de unir forças entre os setores público e privado, para a realização de um contrato de parceria, concedido após licitação.

A SPE é um tipo horizontal de parceria entre duas ou mais empresas, que delimitam suas respectivas responsabilidades no âmbito de um determinado projeto, com o estabelecimento de uma nova pessoa jurídica. Como o próprio

nome diz, a SPE tem um fim específico e prazo determinado, podendo ter como membros, empresas particulares e a Administração Pública, sendo vedado a esta ser titular da maioria do capital votante, conforme disposição do § 4º, art. 9º da Lei nº 11.909, de 2004, salvo sua eventual aquisição por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

Ainda, conforme o parágrafo único do art. 981 do Código Civil, de 2002, a modalidade SPE também poderá ser criada para a realização de um ou mais negócios determinados, citando como exemplo, a constituição de uma SPE para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, ambas via concessão de serviço público, nos termos das Leis nº 8.987 e nº 9.074, ambas de 1995.

Ademais, essa modalidade de parceria possui regras estabelecidas na legislação, conforme o tipo societário escolhido para a sua constituição, ou seja, é uma empresa como outra qualquer, havendo a necessidade de constituição por meio de Assembleia Geral, com aprovação de Estatuto Social e Acordo de Acionistas.

O Estatuto Social tratará obrigatoriamente das seguintes matérias: (i) denominação e objeto; (ii) endereço e duração; (iii) capital social, mencionando se tem capital autorizado ou não; (iv) Administração; (v) Assembleias; (vi) Conselho Fiscal, mesmo que não funcione em caráter permanente; (vii) exercício fiscal; (viii) exercício social; (ix) destinação do lucro líquido; e (x) Liquidação da sociedade.

Contudo, as matérias que não devem estar obrigatoriamente contidas no Estatuto Social e que os acionistas preferem não conceder publicidade podem e devem ser tratadas mediante de Acordo de Acionistas.

Por ser uma sociedade com personalidade jurídica, tem escrituração contábil própria como qualquer outra empresa, constituindo também uma sociedade patrimonial, que pode deter participações de outras empresas, bens móveis e imóveis.

Assim, o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à autonomia patrimonial e à possibilidade de segregação de projetos e riscos da SPE, ou seja, uma das maiores vantagens da SPE está no fato de permitir perfeito isolamento das atividades empresariais de seus controladores, de modo a garantir a separação dos

patrimônios da sociedade e dos seus sócios, não respondendo esses por dívidas da sociedade. Isso posto, a segregação de projetos e riscos aumenta a eficiência financeira, contábil e fiscal da sociedade.

Por outro lado, a segregação de riscos é consequência da autonomia patrimonial, já que os direitos e obrigações da SPE não se comunicam com os direitos e obrigações de seus sócios. Como mencionado, com a constituição da SPE nasce uma nova pessoa jurídica, titular de direitos e obrigações próprios.

Outro aspecto relevante nessa modalidade de parceria é a facilidade de captação de recursos técnicos ou financeiros para a exploração do empreendimento, uma vez que os financiadores da SPE não são obrigados a concorrer com os financiadores das suas sócias e demais credores, obtendo, assim, mais garantias e elevada eficiência.

Dentre as linhas de financiamentos para a SPE, podem ser citadas: (i) o *Project Finance*; (ii) a emissão de Debêntures; e (iii) o próprio aumento de capital realizado pelas empresas sócias.

Destaca-se que o *Project Finance* consiste em uma forma de estruturação no qual o próprio empreendimento se autofinancia, por meio de seu fluxo de caixa, servindo como garantia os ativos e recebíveis do empreendimento. Os principais pontos a serem considerados na obtenção de um *Project Finance* são: (i) um projeto exclusivo, que tenha um valor intrínseco independentemente das outras atividades de seus patrocinadores; (ii) uma grande previsão de lucros permanentes; e (iii) um enquadramento contratual que garanta os bons andamentos da construção, da manutenção e da operação.

Observa-se, pois, que o *Project Finance* é uma forma de financiamento cujo próprio empreendimento gera as receitas e se financia, independentemente das partes que o constituem, ou seja, parte-se do princípio de que o projeto será lucrativo e que sua execução será paga com os lucros do próprio empreendimento.

A segunda forma de captação de recursos pela SPE é a emissão de Debêntures. Nos termos do art. 52 da Lei nº 6.404, de 1976, a emissão de debêntures, pode garantir à SPE uma alavancagem financeira capaz de atender à exploração/consecução do empreendimento, por meio de mútuos

A terceira opção de captação de recursos pela SPE, enquanto sociedade anônima, é a possibilidade de aumento do capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias e/ou preferenciais.

A respeito da distribuição de resultados às empresas sócias, deve-se observar o tipo societário escolhido. Se for uma sociedade limitada, a distribuição dos lucros obedecerá às disposições do contrato social, uma vez que o Código Civil, de 2002, não define regras próprias para a distribuição dos resultados da sociedade. No caso de uma sociedade anônima, a distribuição dos lucros, sobre a forma de dividendos, terá regras próprias trazidas pelos arts. 201 a 205 da Lei nº 6.404, de 1976.

Com relação ao modelo tributário a ser adotado, em virtude de a SPE possuir autonomia jurídica e fiscal em relação aos detentores de seu capital social, essa pode adotar o regime tributário inerente a qualquer sociedade, independentemente do regime tributário adotado por seus sócios.

Por fim, destacam-se as principais características da modalidade de parceria em SPE:

1. Segregação dos riscos do projeto;
2. Garantia da separação dos patrimônios da sociedade e de seus sócios;
3. Possibilidade de segregação de projetos, e, com isso, aumento da eficiência financeira, contábil e fiscal da sociedade;
4. Facilitação na captação de recursos para o projeto;
5. Possibilidade de o projeto ser autofinanciável.

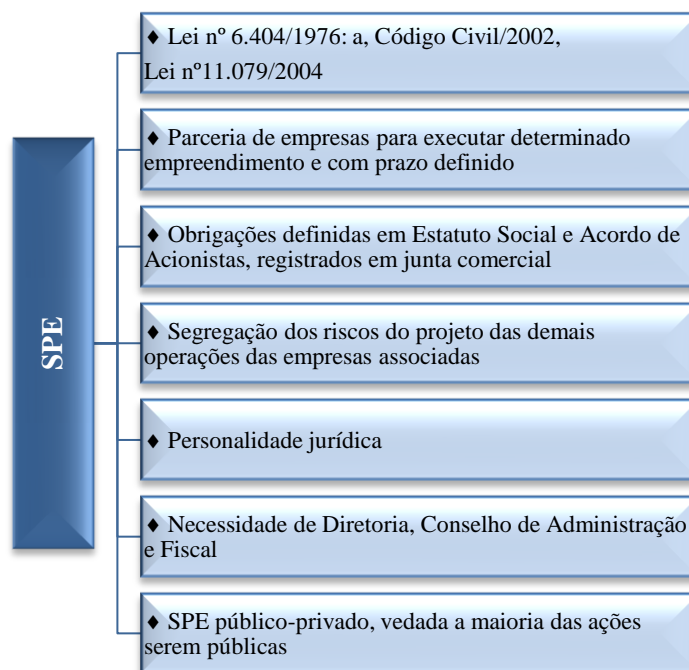


Figura 2. Principais características da SPE

Nota: Elaboração própria.

4. A Expansão do Setor Elétrico Brasileiro

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 174, preconiza que compete exclusivamente à União a responsabilidade pelo planejamento. No caso do Setor Elétrico Brasileiro, esta competência é exercida pelo Ministério de Minas e Energia, que atua na qualidade de poder concedente e de responsável pelo planejamento da expansão elétrica e energética nacional.

Em 2004, o Governo Federal lançou as bases do Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, sustentado pelas Leis nº 10.847 e nº 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Em termos institucionais, o novo modelo definiu a criação de uma entidade responsável pelo planejamento do setor elétrico a longo prazo, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE; uma instituição com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE; e uma instituição responsável pelas atividades de comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação Livre - ACL, do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

O referido modelo tem como pilares principais: (i) garantir a segurança do suprimento de energia elétrica; (ii) promover a modicidade tarifária; e (iii) promover a inserção social, em particular pelos programas de universalização de atendimento.

O modelo também previu um conjunto de medidas a serem observadas pelos agentes, como a exigência de contratação de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, nova metodologia de cálculo do lastro para venda de geração, contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo de suprimento, bem como o monitoramento permanente da continuidade e da segurança de suprimento, visando detectar desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda.

Com o objetivo de atender a totalidade da demanda das distribuidoras de energia elétrica, o modelo determinou a realização de leilões para a contratação de energia elétrica. Esses leilões são mais conhecidos como Leilões de Energia Existente, Leilões de Energia Nova e Leilões de Fontes Alternativas.

Os leilões de energia existente são realizados anualmente com início de suprimento no ano seguinte e visam cobrir a eventual descontração de energia pelas distribuidoras, em decorrência do vencimento dos contratos.

Os leilões de energia nova são realizados com três e cinco anos de antecedência do início do suprimento, com o objetivo de atender a expansão da demanda das concessionárias de distribuição.

Os leilões de fontes alternativas são realizados, a critério de Ministério de Minas e Energia, para cumprimento à obrigação de atendimento de cem por cento da demanda dos agentes de distribuição, entre um e cinco anos de antecedência do início do suprimento de energia.

A Lei nº 10.848, de 2004, em seu art. 3º, § 3º, também permitiu a contratação de reserva de capacidade de geração a ser contratada. Esses leilões são denominados Leilões de Energia Reserva, conforme Decreto nº 6.353, de 16 janeiro de 2008.

Cabe destacar que com a edição da Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, a Lei nº 10.848, de 2004, foi alterada de forma a permitir que (i) o início de suprimento da energia contratada nos leilões de energia existente se dê no mesmo ano ou até no quinto ano subsequente ao da realização da licitação; e (ii) o início de suprimento da energia contratada nos leilões de energia nova se dê a partir do terceiro e até o sétimo ano subsequente ao da licitação.

Relativamente à transmissão, o modelo manteve a contratação de novas instalações de transmissão, bem como de ampliações e reforços, por meio de procedimento licitatório, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 2.655, de 1998.

Assim, objetivando a coordenação entre o atendimento eletroenergético da população brasileira, em decorrência do crescimento da demanda por energia elétrica, e a construção de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, em 2003, com o advento do modelo instituído pelas Lei nº 10.847 e nº 10.848, de 2004, como já mencionado, foi retomado o planejamento setorial, por meio da realização de estudos de curto, médio e longo prazo.

Em termos gerais, o objetivo básico do planejamento da expansão do setor elétrico é determinar uma estratégia de implementação de projetos que atendam a previsão de consumo de energia elétrica, de tal forma que se minimize a soma dos custos de investimentos e dos valores esperados dos custos de operação, atendendo ainda a restrições de confiabilidade no suprimento ao mercado consumidor.

Destaca-se que, compete ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE o estabelecimento de políticas e diretrizes visando ao desenvolvimento nacional sustentado, conforme disposto no inciso VI, art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, é responsável por *“sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planejamento de longo, médio e curto prazos, podendo indicar empreendimentos que devam ter prioridade de licitação e implantação, tendo em vista seu caráter*

estratégico e de interesse público, de forma que tais projetos venham assegurar a otimização do binômio modicidade tarifária e confiabilidade do Sistema Elétrico.”.

Desse modo, o planejamento do Setor Elétrico Brasileiro incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos, além da energia elétrica. Assim, são elaborados os estudos de longo e médio prazo. Nos estudos de longo prazo, com horizonte de até 30 anos, procura-se analisar as estratégias de desenvolvimento do sistema energético nacional para diferentes cenários de crescimento da demanda e da conservação de energia, otimizando-se a composição futura da oferta de energia, compreendendo as principais fontes primárias disponíveis em cada região do país. No caso da energia elétrica, em particular, examinam-se as principais alternativas para expansão do parque gerador, assim como da capacidade dos principais troncos de transmissão e da rede de gás. Como exemplo, cita-se o Plano Nacional de Energia – PNE. Já os estudos de médio prazo, com horizonte de 10 anos, são de caráter indicativo, realizados com periodicidade anual, que apontam as condições de contorno para a definição das diretrizes para os leilões de expansão da oferta (geração e transmissão), os elementos requeridos na instrução dos processos licitatórios e o programa de estudos de viabilidade de novos projetos de geração. Como exemplo, cita-se o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE.

No caso específico do planejamento da transmissão, são realizados os estudos: (i) Plano de Ampliações e Reforços nas Instalações de Transmissão do SIN – PAR, realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; e (ii) Programa de Expansão da Transmissão – PET pela EPE. O PAR, elaborado anualmente, tem por objetivo apresentar a visão do ONS sobre as ampliações e reforços das instalações de transmissão, necessárias para preservar a segurança e o desempenho da rede, garantir o funcionamento pleno do mercado de energia elétrica e possibilitar o livre acesso a todos os interessados em atuar na CCEE. O PET contempla as instalações de transmissão para expansão da Rede Básica e Rede Básica de Fronteira, definidas a partir dos estudos de planejamento da EPE, que visam garantir as condições de atendimento aos mercados e os intercâmbios entre as regiões. Esses dois estudos são consolidados pelo MME no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica.

Assim, com base nos estudos de planejamento, são realizadas as licitações dos novos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de garantir a segurança do abastecimento eletroenergético do País.

Por fim, destaca-se que os leilões de geração e transmissão de energia elétrica também observam as disposições das Lei nº 8.987 e nº 9.074, ambas de 1995, sobre as normas para outorgas de concessões e autorizações de energia elétrica.

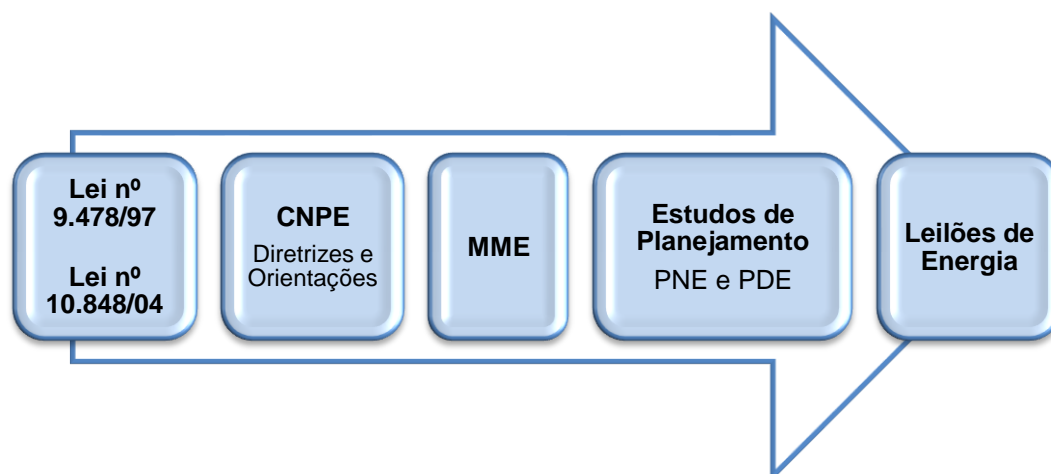


Figura 3. Processo de Expansão da Geração de Energia Elétrica

Fonte: MME, elaboração própria.

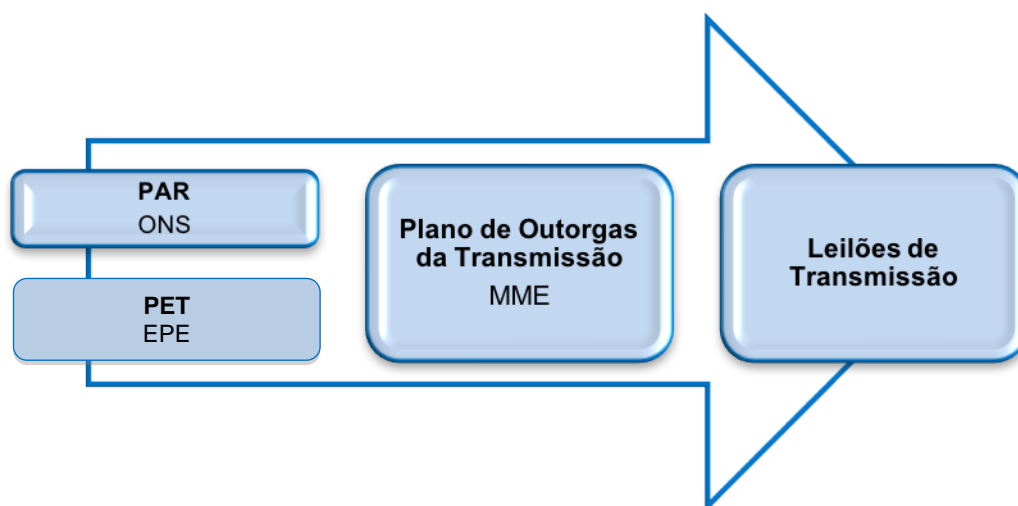


Figura 4. Processo de Expansão da Transmissão de Energia Elétrica

Fonte: MME, elaboração própria.

4.1 Os Editais de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Os editais dos leilões de geração e transmissão são elaborados pela ANEEL, conforme competência prevista na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e tem como objetivo principal estabelecer a modalidade de licitação, as regras para cadastramento, habilitação e participação de proponentes interessados, a data e local de realização do certame, o critério para ser considerado vencedor, possíveis penalidades, e o cronograma das etapas do procedimento licitatório, bem como divulgar aos interessados as características dos empreendimentos e /ou projetos objetos de licitação.

Análise realizada sobre os editais dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica a luz das disposições legais referentes à constituição de Consórcio e Sociedade de Propósito Específico, principalmente após a instituição do Novo Modelo do Setor Elétrico em 2004, demonstra que todos os editais no período de 2004 a 2016 contemplam a participação de empresas isoladamente ou reunidas em Consórcio.

4.1.1 Editais de Geração

No caso dos leilões de geração (leilões de energia nova, leilões de energia reserva e leilões de fontes alternativas), para as empresas reunidas em Consórcio era facultada a constituição SPE, exceto para os casos com participação de fundos de investimentos, previdência complementar e empresas estrangeiras, onde a constituição de SPE era uma obrigação e deveria seguir as regras estabelecidas na legislação brasileira. Abaixo, está transcrito o texto do Edital nº 006/2014-ANEEL (Leilão A-5) relativo à participação de empresas em consórcio.

“2.3 Poderão participar deste LEILÃO, como VENDEDORAS, desde que satisfaçam plenamente as disposições do Edital, da legislação em vigor e o disposto no item 1.2:

2.3.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado, nacionais ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio.

....
2.3.1.2 As VENDEDORAS reunidas em Consórcio devem ter conhecimento de que:

2.3.1.2.1 As obrigações pecuniárias perante a ANEEL são proporcionais à participação de cada consorciada, sem prejuízo da responsabilidade solidária;

2.3.1.2.2 A líder do consórcio será responsável por todas as informações de interesse da Autorização/Concessão para o cumprimento das responsabilidades do consórcio perante a ANEEL;

2.3.1.2.3 A composição do consórcio não poderá ser alterada até a outorga de Autorização/Concessão. Posteriormente, caso haja mudança de participação, o consórcio deverá solicitar prévia anuência da ANEEL para transferência de parte ou de toda a outorga, conforme inciso VIII do art. 3º, da Lei nº 9.427/1996, e inciso XII do art. 4º do Decreto nº 2.335/1997, mantidas as condições deste Edital até a operação do empreendimento, se for o caso.

....

2.4 Deverão necessariamente constituir uma SPE, preferencialmente sob a forma de Sociedade Anônima, para fins da outorga de Autorização/Concessão, as seguintes VENDEDORAS:

2.4.1 Consórcios em que haja participação de Fundos de Investimento em Participações (FIP) e/ou de entidade de previdência complementar;

2.4.2 Consórcios em que haja participação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado Estrangeiras;

2.4.3 Pessoas Jurídicas de Direito Privado Estrangeiras.

2.5 As VENDEDORAS com empreendimentos não outorgados que participarem de forma isolada ou reunidas em consórcio no LEILÃO poderão, opcionalmente, constituir uma SPE, preferencialmente sob a forma de Sociedade Anônima, para fins de outorga de Autorização/Concessão.

2.5.1 Não poderá integrar a SPE a pessoa jurídica que não tenha participado do LEILÃO.

2.5.1.1 No caso de VENDEDORA que participou do LEILÃO de forma isolada, a SPE deverá ser sua subsidiária integral.

2.5.1.2 No caso de VENDEDORAS que participaram do LEILÃO em consórcio, a SPE deverá ser constituída exclusivamente pelo grupo consorciado originalmente inscrito e por todas as empresas integrantes do consórcio, na proporção das respectivas participações.

2.5.1.2.1 Opcionalmente, cada consorciada poderá constituir uma SPE para ser a titular da parte da outorga que lhe couber, desde que a SPE seja constituída em 100% (cem por cento) pela consorciada e esteja em conformidade com o item 11.7.2.5.”

Entretanto, a partir do Edital do Leilão nº 008/2015-ANEEL, referente à realização do Leilão de Energia Reserva, para as empresas reunidas em consórcio que se sagrarem vencedoras do certame, foi estabelecida a obrigação de constituição de SPE, conforme texto do referido edital transcrito a seguir. A faculdade de constituição de SPE coube apenas as empresas que participem isoladamente.

“2.2 Poderão participar deste LEILÃO, como VENDEDORAS, desde que satisfaçam plenamente todas as disposições do Edital e da legislação em vigor, e seu(s) empreendimento(s) possua(m) Cadastramento e Habilitação Técnica pela EPE, conforme Portaria MME nº 69/2015 e suas alterações:

2.2.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado nacionais ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio.

....

2.2.1.2 As VENDEDORAS reunidas em Consórcio devem ter conhecimento de que:

2.2.1.2.1 Deverão constituir uma SPE, sob as leis brasileiras, para fins de outorga de Autorização;

2.2.1.2.2 A SPE deverá ser constituída exclusivamente pelo grupo consorciado originalmente inscrito e por todas as empresas integrantes do consórcio, na proporção das respectivas participações.

2.2.1.2.2.1 Opcionalmente, cada consorciada poderá constituir uma SPE para ser a titular da parte da outorga que lhe couber, desde que a SPE seja constituída em 100% (cem por cento) pela consorciada e esteja em conformidade com o item 11.7.2.5.

2.2.1.2.3 As obrigações pecuniárias perante a ANEEL são proporcionais à participação de cada consorciada, sem prejuízo da responsabilidade solidária;

2.2.1.2.4 A líder do consórcio será responsável por todas as informações de interesse para o cumprimento das responsabilidades do consórcio perante a ANEEL;

2.2.1.2.5 A composição do consórcio não poderá ser alterada até a constituição da SPE.

2.3 Além das VENDEDORAS reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua composição, deverão necessariamente constituir uma SPE, preferencialmente sob a forma de Sociedade Anônima, para fins da outorga de Autorização, as Pessoas Jurídicas de Direito Privado Estrangeiras.

2.4 As VENDEDORAS com empreendimentos não outorgados que participarem isoladamente e negociarem energia no LEILÃO, poderão, opcionalmente, constituir uma SPE, preferencialmente sob a forma de Sociedade Anônima, para fins de outorga de Autorização, observado o disposto no subitem 14.8 deste Edital.

2.4.1 Não poderá integrar a SPE a pessoa jurídica que não tenha participado do LEILÃO.

2.4.2 A SPE deverá ser subsidiária integral da VENDEDORA;“ (grifo nosso)

4.1.2 Editais de Transmissão

Com relação à participação nos leilões de transmissão, os editais publicados sempre permitiram a união de empresas em consórcio. Todavia, caso o consórcio se sagre vencedor do processo licitatório, este está obrigado, por força do edital, a constituir uma SPE, independentemente de participação de fundos de investimentos, previdência complementar e/ou empresas estrangeiras. Porém, destaca-se que foi dada livre escolha quanto à constituição de SPE para (i) concessionárias de transmissão; e (ii) empresas nacionais constituídas para o fim específico de prestação de serviço público de transmissão. A seguir, está transcrita parte do Edital nº 006/2008-ANEEL que trata do assunto.

“1.14 A participação de consórcios será admitida mediante a apresentação do Contrato de Constituição de Consórcio por instrumento público ou particular, subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas, do qual deverão constar em cláusulas específicas:

1.14.1 A indicação percentual da participação de cada empresa no consórcio e a designação da empresa líder, a qual será a responsável perante a ANEEL até a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO e pelo cumprimento dos compromissos assumidos na proposta financeira, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais empresas consorciadas.

1.14.2 Compromisso, conforme modelo do Anexo D, no caso de o consórcio sagrar-se vencedor do LEILÃO, de constituir SPE nos termos do Edital, mantida a mesma proporção de participação das empresas consorciadas.

1.14.3 A obrigatoriedade, por parte das demais consorciadas, de prestarem informações à empresa líder para que a mesma possa cumprir suas responsabilidades perante a ANEEL.

1.14.4 A responsabilidade solidária dos integrantes das empresas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de habilitação quanto na execução do CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.14.5 Nos consórcios formados entre pessoas jurídicas de direito privado brasileiras e estrangeiras, a liderança do consórcio caberá, sempre, à pessoa jurídica de direito privado brasileira.

1.14.6 No caso de consórcio, a documentação de habilitação deverá ser apresentada em relação a cada uma das empresas consorciadas, esclarecendo-se que:

1.14.7 O líder do consórcio deverá assinar em nome do consórcio, as declarações constantes dos Anexos B, C e D;

1.14.8 Para efeito da habilitação técnica, será considerado o conjunto dos quantitativos dos profissionais de cada consorciada; e

1.14.9 Para efeito da habilitação econômica e financeira, será considerado o somatório dos valores de cada empresa consorciada, na proporção da respectiva participação.

1.15 Deverão necessariamente constituir uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, em nome da qual será outorgada a Concessão, as seguintes PROPONENTES:

I. Fundos de Investimento em Participações – FIP;

II. Pessoas Jurídicas de Direito Privado Estrangeiras;

III. Consórcios; e

IV. Pessoas Jurídicas de Direito Privado Nacionais que não tenham sido constituídas com o propósito específico de explorar concessões de SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO.

1.15.1 Essas PROPONENTES deverão apresentar compromisso, conforme modelo do ANEXO D, de constituir SPE segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, para explorar a concessão do SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO a ser contratada.

1.16 Poderão constituir uma Sociedade de Propósito Específico – SPE as seguintes PROPONENTES:

I. Concessionárias de Transmissão; e

II. Pessoas Jurídicas de Direito Privado Nacionais constituídas para o fim específico de prestação de SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO.

1.16.1 A PROPONENTE que decida constituir SPE deverá apresentar compromisso, conforme modelo do Anexo D, de constituir SPE segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, para explorar a concessão do SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO a ser contratada.”

Como se observa, os editais de outorga de concessão e de autorização de empreendimentos de energia elétrica publicados a partir de 2004 sempre previram, conforme disposições das Leis nº 8.987 e nº 9.074, ambas de 1995, a participação

de empresas reunidas em consórcio, sendo que : (i) para o segmento de geração, a constituição de SPE é uma opção desse grupo de empresas, exceto a partir do edital do Leilão nº 008/2015, onde tal constituição passou a ser uma obrigação; e (ii) para o segmento de transmissão, a obrigação de constituição de SPE sempre existiu, independente de o consórcio ter participação de fundos de investimentos, previdência complementar e/ou empresas estrangeiras.

As Tabelas 1 e 2 abaixo apresentam um resumo do exposto acima. Informações mais detalhadas estão disponíveis nas Tabelas 4 e 5 do Anexo.

Tabela 1. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Editais	Tipo Leilão	Previsão de participação em Consórcio	Previsão de constituição de SPE
De 2003 a 2015	A-3 / A-5 LER LFA	SIM	Obrigação para FIP, empresas estrangeiras e previdência complementar Opção para Consórcios
De 2007 a 2010	Estruturante	SIM	Obrigação
A partir de 2015	A-3 / A-5 LER	SIM	Obrigação para Consórcios e empresas estrangeiras Opção para os demais vencedores

Fonte: ANEEL, Editais de Geração, período 2004- 2016, elaboração própria.

Tabela 2. Editais de Transmissão: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão de participação em Consórcio	Previsão de constituição de SPE
De 2006 a 2008	Transmissão	SIM	Obrigação para empresas nacionais e estrangeiras e para Consórcios
De 2008 a 2015	Transmissão	SIM	Obrigação para empresas nacionais e estrangeiras e para Consórcios Opção para Concessionárias de Transmissão e Prestadoras de Serviço Público de Transmissão

Fonte: ANEEL, Editais de Transmissão, período 2004- 2016, elaboração própria.

4.1.3 A Participação das Empresas do Sistema Eletrobras na Expansão do Setor Elétrico

A Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobras, maior empresa estatal de energia elétrica do Brasil e da América Latina, constituída pela Lei nº 3.890-A, de 25 de

abril de 1961, tem por objetivo a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como as suas empresas subsidiárias de geração e transmissão:

- (i) Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. – Eletrosul, com atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- (ii) Furnas Centrais Elétricas S. A. - Furnas, com atuação no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso;
- (iii) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, com atuação nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão; e
- (iv) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte, com atuação nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Acre e Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

As empresas da Eletrobras são umas das maiores responsáveis pela suprimento e transporte de energia de energia elétrica no país. Com advento do modelo do Setor Elétrico de 2004, como já mencionado neste trabalho, a expansão do setor, com foco na garantia do atendimento eletroenergético da população brasileira, passou a ser realizada por meio de leilões de geração e transmissão de energia elétrica, nos quais as empresas da Eletrobras tiveram uma forte participação isoladamente ou em parceria com outras empresas, nas modalidades de consórcio e de sociedade de proposto específico.

Segundo informações disponibilizadas pela CCEE e ANEEL, respectivamente, no período de 2004 a 2016, foram acrescidos 94.309 MW de capacidade de geração, por meio da realização de leilões de energia nova, leilões de energia reserva e leilões de fontes alternativas, e 68.238 km linhas de transmissão no SIN. Desses valores, as empresas da Eletrobras contribuíram com 13.670¹ MW e 18.748² km, conforme tabelas 6 e 7 constantes do Anexo deste trabalho.

¹ Valor refere-se apenas ao percentual de participação das Empresas Eletrobras, incluindo empreendimentos corporativos, consórcios e SPE.

² Valor refere-se apenas ao percentual de participação das Empresas Eletrobras, incluindo empreendimentos corporativos e SPE.

5. Análise

Com a realização dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica e as previsões legais, e até mesmo obrigações, de os consórcios vencedores constituírem uma SPE, houve um aumento significativo no número de sociedades de propósito específico com a participação das empresas da Eletrobras. Esses leilões, em suas origens, resultaram na participação do Sistema Eletrobras em 123 SPE de geração e 37 SPE de transmissão, totalizando 160 SPE, conforme dados das Tabelas 6 e 7 do Anexo.

Não obstante, como detalhado na Tabela 3, as empresas Eletrobras tiveram que assumir a maioria das ações de 19 SPE, seja por não cumprimento de compromissos financeiros por seus sócios, seja por força do Acordo de Acionistas. Essas SPE com participação majoritária estatal são conhecidas como “SPE Estatal”, que por força da legislação brasileira deveriam ser criadas por lei específica. Informações mais detalhadas estão disponíveis nas Tabelas 6 e 7 do Anexo.

Tabela 3. SPE com maioria Eletrobras, estatal na origem e incorporadas

Segmento	SPE majoritária Eletrobras (assunção)	SPE Estatal na origem	SPE Incorporada
Geração	15	20	3
Transmissão	4	3	5
Total	19	23	8

Nota: Elaboração própria.

Observa-se, conforme § 4º, art. 9º da Lei nº 11.079, de 2004, que é vedada a participação majoritária de empresas estatais em SPE, salvo o caso de eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento, consoante o §5º desse artigo.

Outro ponto que deve ser destacado, é que 23 SPE foram constituídas em sua origem com participação majoritária das empresas Eletrobras, como pode ser observado na Tabela 3. Isso porque os editais dos leilões de geração e transmissão preveem que, no caso de constituição de SPE, esta deverá ser formada

exclusivamente pelo grupo consorciado originalmente inscrito e por todas as empresas integrantes do consórcio, na proporção das respectivas participações. Nesses casos, os consórcios já contavam com participação majoritária de empresas Eletrobras.

Como mencionado no item 3.2, para a gestão das Sociedades de Propósito Específico é necessária a constituição de Diretoria e Conselho de Administração e Fiscal. No caso das “SPE Estatais”, a maior parte dos custos operacionais e administrativos são incorridos pelas empresas estatais, ficando a indagação sobre a viabilidade econômico-financeira de manutenção da SPE. Não seria adequado adquirir a totalidade da participação e incorporar a SPE, passando esta a ser um empreendimento corporativo?

A resposta para a pergunta é encontrada nas demonstrações financeiras das empresas Eletrobras, que justificam as incorporações das SPE, por meio da sinergia dos fluxos financeiros, posto que o montante dos dividendos relativos a parcela adquirida passará a integrar o fluxo de caixa da empresa, bem como implicará em benefícios de centralização da administração e redução dos custos de transação. Além de simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, com objetivo de maximizar a sua eficiência. E como apresentado, também na Tabela 3, 8 SPE já foram incorporadas pelas empresas Eletrobras.

Assim, observa-se que a modalidade de parceria a ser adotada deve ser muito bem estudada e analisada, principalmente quanto ao cenário macroeconômico do país e a capacidade financeira dos sócios, e os atos constitucionais que regerão tal o arranjo empresarial.

Destaca-se, também, que as disposições dos últimos editais dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica, ao obrigarem os consórcios vencedores a constituírem uma sociedade de propósito específico, estão retirando o livre arbítrio das empresas de escolherem a melhor forma societária para gerir seus investimentos.

Ademais, o que se tem observado é o apontamento, pelos órgãos de controle externos, de fraquezas materiais na gestão, pela Eletrobras, das SPE com

participação das subsidiárias, colocando em dúvida se a modalidade de parceria por meio de SPE seria ainda a mais vantajosa.

Evidencia-se que, para projetos corporativos ou em consórcio, os resultados são acompanhados diretamente pelas empresas, refletindo-se em seus fluxos de caixa, conforme abordado no item 3.1. Em contrapartida, projetos em SPE são gerenciados por uma empresa específica, com regras próprias, inclusive quanto à confidencialidade de informação, colocadas geralmente nos Acordos de Acionistas, dificultando, assim, a obtenção de informação e dados pelas empresas da Eletrobras, apesar de sócias, fomentando as mencionadas fraquezas materiais apontadas pelos órgãos de controle quanto à gestão dos investimentos em SPE.

6. Conclusão

O cenário macroeconômico vivenciado pelo País permitiu ao setor empresarial observar a lógica da gestão e do planejamento estratégico e transformar suas atividades produtivas, em projetos, com o gerenciamento dos objetivos, do tempo, dos custos, da qualidade, dos riscos, dos recursos humanos, etc.

Assim, visando ampliar esforços, tanto técnicos quanto econômico-financeiros, maximizar resultados e compor interesses comuns, as empresas têm buscado diversas formas de modalidade de parcerias. Dentre essas modalidades de parcerias, citam-se o Consórcio e a Sociedade de Propósito Específico – SPE.

O Consórcio é a união de empresas, objetivando a implantação de um empreendimento em prazo determinado. Essa união é feita por meio de contrato particular, registrado em Junta Comercial, onde são estabelecidas condições, direitos e deveres de cada empresa sócia, sem a criação de nova personalidade jurídica, sendo mantida a individualidade das empresas. Já a SPE é união de empresas, objetivando também a implantação de um empreendimento em prazo determinado, por meio da criação de nova personalidade jurídica, onde os riscos são segregados das empresas associadas. Por ser uma personalidade jurídica, as obrigações dos sócios estão definidas em Estatuto Social e Acordo de Acionistas, registrados em Junta Comercial, e a sua administração é realizada por uma Diretoria, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

Com a retomada do planejamento do Setor Elétrico Brasileiro, com a instituição do modelo promulgado pelas Leis nº 10.848 e 10.847, ambas de 15 de março de 2004, foi impulsionada a expansão desse setor, com a realização de novos investimentos, por meio da realização de leilões de geração e transmissão de energia elétrica, a partir da união empresas.

A participação da união empresas em Consórcio nos leilões está prevista na legislação, bem como a necessidade de constituição de SPE, os quais devem constar do edital de licitação. Como exposto, as empresas do Sistema Eletrobras participaram fortemente da expansão setorial desde 2004, seja por meio de empreendimentos corporativos ou em sociedade.

Destaca-se que no período de 2004 a 2016, o número de SPE com participação das empresas do Sistema Eletrobras aumentou significativa. Isso porque muito dos editais de licitação da ANEEL, principalmente os dos leilões de transmissão, preveem a obrigação de constituição de SPE no caso de empresas reunidas em Consórcio sagrarem-se vencedoras. Tal disposição retira o livre arbítrio das empresas de escolherem a melhor forma societária para gerir seus investimentos.

Outro ponto verificado é que algumas SPE em sua origem são estatais. Isso deve-se ao fato também de o edital de licitação prevê que devem ser mantidos os percentuais de participação das empresas no Consórcio que deu origem a SPE, sendo que as empresas Eletrobras tinham participação majoritária nesses Consórcios. Assim, visando sinergia dos fluxos financeiros, essas SPE, muitas vezes, são incorporadas pelas empresas Eletrobras, com o objetivo de os resultados integrarem seus fluxos de caixa, centralizar a administração e reduzir os custos, além de simplificar a estrutura legal e aumentar a eficiência.

Também, devem ser destacados os casos em que as SPE passam a ter maioria estatal em decorrência de inadimplência dos sócios no cumprimento de suas obrigações financeiras, principalmente por força do Acordo de Acionistas. Essas SPE geram um encargo financeiro muito alto para as empresas do Sistema Eletrobras, que arcam com a maior parte dos custos administrativos.

O fato é que isso tudo tem levado ao apontamento pelos os órgãos de controle externos, de fraquezas materiais na gestão, pela Eletrobras, das SPE com

participação de suas empresas, colocando em dúvida se a modalidade de parceria por meio de SPE seria ainda a mais vantajosa.

Por fim, para estudos futuros, sugere-se analisar, a luz da legislação vigente e da saúde financeira do negócio, a pertinência de se manter a obrigação prevista nos editais dos leilões de geração e transmissão, no caso de participação de empresas em consórcio nos leilões, de constituição de sociedade de propósito específico, bem como a permissão de participação de consórcios com predominância de empresas estatais. Ademais, a obrigação atualmente prevista acaba por suprimir a modalidade de parceria Consórcio nos segmentos de geração e transmissão.

7. Bibliografia

ANEEL, **Editais de Geração e Transmissão, período de 2004 a 2016**. Disponíveis no sítio eletrônico <http://www.aneel.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ANEEL, **Resumo dos resultados dos leilões de transmissão até 2015**. Disponível no sítio eletrônico <http://www.aneel.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998**. Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa da RFB nº 1.199, de 14 de outubro de 2011.** Dispõe sobre procedimentos fiscais dispensados aos consórcios constituídos nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011. Disponível no sítio eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa da RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016.** Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disponível no sítio eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

CCEE, **Resultado consolidado dos leilões - 02/2017.** Disponível no sítio eletrônico <http://www.ccee.org.br/>. Acessado em fevereiro de 2017.

CÂMARA, Jacintho A. & SUNDFELD, Carlos A. A responsabilidade solidária nos consórcios e caso das concessões. **REDAE - Revista Eletrônica de Direito Administrativo econômico**, n. 15, 2008.

BEKEIERMAN, Sérgio. **O Project Finance como estrutura de investimento: análise de caso de uma pequena central hidrelétrica.** 100p. Trabalho de Formatura (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ELETROBRAS, **Informe aos Investidores 3T16.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrobras.com>. Acessado em fevereiro de 2017.

CHESF, **Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis – Exercício 2006.** 2007. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017.

CHESF, **Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis – Exercício 2007.** 2008. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, **Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis – Exercício 2008.** 2009. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, **Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis – Exercício 2009.** 2010. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis – Exercício 2010. 2011. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Demonstrações Financeiras 2011. 2012. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Demonstrações Financeiras 2012. 2013. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Demonstrações Financeiras 2013. 2014. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Demonstrações Financeiras 2014. 2015. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

CHESF, Demonstrações Financeiras 2015. 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Relatório de Administração 2004. 2005. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Relatório de Administração da Eletronorte 2005. 2006. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Relatório de Administração da Eletronorte 2006. 2007. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Demonstrações Contábeis – Dezembro/2007. 2008. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Demonstrações Contábeis. 2009. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2009. 2010. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Demonstrações Contábeis 2010 da Eletrobras Eletronorte. 2011. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Relatório de Administração 2011. 2012. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Relatório de Administração 2012. 2013. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2013. 2014. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2014.** 2015. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETRONORTE, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2015.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletronorte.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras Intermediárias até 31 de março de 2016.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras Intermediárias até 30 de junho de 2016.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras Intermediárias até 30 de setembro.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Relatório Anual da Administração 2010.** 2011. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstração Financeira e Relatório de Administração 2011.** 2012. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2012.** 2013. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2013.** 2014. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2014.** 2015. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ELETROSUL, **Demonstrações Financeiras e Relatório de Administração 2015.** 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.eletrosul.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2006.** 2007. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2007.** 2008. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2008.** 2009. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2009.** 2010. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2010**. 2011. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2011**. 2012. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2012**. 2013. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Relatório de Administração 2013**. 2014

FURNAS, **Demonstrações Financeiras da Administração 2014**. 2015. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FURNAS, **Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração 2015**. 2016. Disponível no sítio eletrônico <http://www.furnas.com.br>. Acessado em fevereiro de 2017

FAZANO, Haroldo G. V. Sociedade de Propósito Específico (Spe): Aspectos Societários, Contábeis e as Incorporações Imobiliárias. **Revista Virtual Brasil**, v. 6, n. 1, 2012.

FERRARI, Onevair **Fatores de influência na definição de modalidades de contratação de projetos**. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEMPKE, Thomas K. **Planos de financiamento em Project Finance de infraestrutura**. 125f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

MME. <http://www.mme.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2017

ONS. **Apresentação Sumário Executivo – PAR 2016-2018**. 2016.

SANTIAGO, Marcelo P. **Project Finance - Análise comparativa de financiamento de projetos**. 164f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2002.

SANTOS, Mônica C. O. **Gestão jurídica de projetos: o desafio da empresa contemporânea**. Xf. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Mineira de Educação e Cultura, Minas Gerais, 2015.

SOARES, Ary J. A. Considerações sobre a sociedade de propósito específico (SPE). **Trabalhos Técnicos – Divisão Jurídica**, 2011.

TOLEDO, Margherita C. **A sociedade de propósito específico no âmbito do direito empresarial brasileiro**. 92f. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Minas Gerais, 2009.

ZIMMERMANN, Márcio P. **Aspectos técnicos e legais associados ao planejamento da expansão de energia elétrica no novo contexto regulatório brasileiro**. 312f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Anexo

Tabela 4. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão Constituição de Consórcio	Previsão de criação de SPE
002/2005	A-5	SIM, item 1.3	SIM FIP - obrigação, item 3.1.1 Consórcio - faculdade, itens 10.25.1 e 10.25.2
002/2006	A-5	SIM, item 1.3	SIM FIP - obrigação, item 4.1.1 Consórcio - faculdade, itens 6.2.1 e 6.2.2
004/2006	A-5	SIM, item 1.3	SIM FIP - obrigação, item 4.1.1 Consórcio - faculdade, itens 6.2.1 e 6.2.2
001/2007	A-5	SIM, item 2.2	SIM FIP e empresa estrangeira - obrigação, itens 2.6.1 e 2.6.2 Consórcio - faculdade, item 2.7.2
002/2007	A-3	SIM, item 2.2	SIM FIP e empresa estrangeira - obrigação, itens 2.4.1 e 2.4.2 Consórcio - faculdade, item 2.5.2
003/2007	A-3	SIM, item 2.2	SIM FIP e empresa estrangeira - obrigação, itens 2.4.1 e 2.4.2 Consórcio - faculdade, item 2.5.2
005/2007	UHE Santo Antônio	SIM, item 2.2	SIM, obrigação conforme item 2.4
001/2008	LER	SIM, item 2.1	SIM FIP - obrigação item 2.1.2 Consórcio - faculdade, item 2.3
002/2008	A-3	SIM, item 2.3.1	SIM FIP e empresas estrangeira - obrigação, item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5

Tabela 4. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão Constituição de Consórcio	Previsão de criação de SPE
003/2008	A-5	SIM, item 2.4.1	SIM FIP e empresa estrangeira - obrigação, item 2.5 Consórcio - faculdade, item 2.6
005/2008	UHE Jirau	SIM, item 2.1	SIM, obrigação conforme item 2.4
002/2009	A-3	SIM, item 2.3.1	Sim FIP e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
003/2009	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.3 Consórcio - faculdade, item 2.4
006/2009	UHE Belo Monte	SIM, item 2.3.1	SIM, obrigação conforme item 2.4
003/2010	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
004/2010	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
005/2010	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.3 Consórcio - faculdade, item 2.4
007/2010	Fontes Alternativas	SIM, item 2.3.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
002/2011	A-3	SIM, item 2.3.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
003/2011	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP e empresa estrangeira - item 2.3 Consórcio - faculdade, item 2.4

Tabela 4. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão Constituição de Consórcio	Previsão de criação de SPE
007/2011	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
006/2012	A-5	SIM, item 2.3.1	Sim FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
005/2013	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.3 Consórcio - faculdade, item 2.4
006/2013	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
009/2013	A-3	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
010/2013	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
003/2014	A-3	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
006/2014	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
008/2014	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.3 Consórcio - faculdade, item 2.4
002/2015	LFA	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5

Tabela 4. Editais de Geração: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão Constituição de Consórcio	Previsão de criação de SPE
004/2015	A-3	SIM, item 2.3.1	SIM FIP, previdência complementar e empresa estrangeira - item 2.4 Consórcio - faculdade, item 2.5
008/2015	LER	SIM, item 2.2.1	SIM FIP e/ou previdência complementar - obrigação, item 2.2.1 Consórcio e empresas estrangeiras - obrigação, item 2.3 Demais vencedores - faculdade, item 2.4
009/2015	LER	SIM, item 2.2.1	SIM Consórcio e empresas estrangeiras - obrigação, item 2.3 Demais vencedores - faculdade, item 2.4
001/2016	A-5	SIM, item 2.3.1	SIM Consórcio e empresas estrangeiras - obrigação, item 2.4 Demais vencedores - faculdade, item 2.5
003/2016	LER	SIM, item 2.2.1	SIM Consórcio e empresas estrangeiras - obrigação, item 2.3 Demais vencedores - faculdade, item 2.4

Fonte: ANEEL, Editais de Geração, período de 2004 a 2016.

Nota: Elaboração própria.

Tabela 5. Editais de Transmissão: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão constituição Consórcio	Previsão criação SPE
001/2004	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 13.2
002/2004	Transmissão	SIM, item 7.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 13.2
001/2005	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 13.2
003/2006	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 13.2
005/2006	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 13.2
004/2007	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 14.2
004/2008	Transmissão	SIM, item 6.7	SIM, obrigação conforme itens 6. 2 e 14.2
006/2008	Transmissão	SIM, item 1.14	SIM Obrigação, conforme item 1.15 Faculdade, conforme item 1.16
007/2008	Transmissão	SIM, item 1.14	SIM Obrigação, conforme item 1.15 Faculdade, conforme item 1.16
008/2008	Transmissão	SIM, item 1.14	SIM Obrigação, conforme item 1.15 Faculdade, conforme item 1.16
001/2009	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
005/2009	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.16 Faculdade, conforme item 1.17
001/2010	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.16 Faculdade, conforme item 1.17
006/2010	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
008/2010	Transmissão	SIM, item 1.14	SIM Obrigação, conforme item 1.15 Faculdade, conforme item 1.16
001/2011	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
004/2011	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.16 Faculdade, conforme item 1.17
006/2011	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.16 Faculdade, conforme item 1.17
002/2012	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.16 Faculdade, conforme item 1.17
003/2012	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
005/2012	Transmissão	SIM, item 1.15	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
007/2012	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18

Tabela 5. Editais de Transmissão: previsão de participação de consórcios e criação de SPE

Edital	Tipo Leilão	Previsão constituição Consórcio	Previsão criação SPE
001/2013	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
002/2013	Transmissão	SIM, item 1.16	SIM Obrigação, conforme item 1.17 Faculdade, conforme item 1.18
007/2013	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
011/2013	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
013/2013	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
001/2014	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
004/2014	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
007/2014	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
001/2015	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
005/2015	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
007/2015	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8
013/2015	Transmissão	SIM item 2.6	SIM Obrigação, conforme item 2.7 Faculdade, conforme item 2.8

Fonte: ANEEL, Editais de Transmissão, período de 2004 a 2016.

Nota. Elaboração própria.

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
002/2005	A-5	Eletrosul	UHE Passo São João	77,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	77,0
		Furnas	UHE Baguari	140,0	Consórcio	SIM	Baguari Energia S.A.	15% Furnas	15% Furnas	15,00%	21,0
		Furnas	UHE Paulistas	52,5	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	52,5
		Furnas	UHE Simplicio	305,7	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	305,7
		Furnas	UHE Retiro Baixo	82,0	Consórcio	SIM	Retiro Baixo Energética S.A.	-	49% Furnas	49,00%	40,2
004/2006	A-5	Elettronorte	UHE Dardanelos	261,0	Consórcio	SIM	EAPSA - Energética Águas da Pedra S.A.	24,5% Elettronorte 24,5% Chesf	24,5% Elettronorte 24,5% Chesf	49,00%	127,9
		Eletrosul	UHE Mauá	363,1	Consórcio	-	Consórcio Cruzeiro do Sul	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	177,9
001/2007	A-5	Furnas	UHE Foz do Chapecó	855,0	Consórcio	SIM	Foz do Chapecó Energia S.A.	40% Furnas	40% Furnas	40,00%	342,0
		Furnas	UHE Serra do Facão	212,0	Consórcio	SIM	Serra do Facão Energia S.A.	-	49,5% Furnas	49,50%	104,9
		Furnas	UTE Santa Cruz	500,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	500,0
		Eletrosul	UHE São Domingos	48,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	48,0
005/2007	UHE Santo Antônio	Furnas	UHE Santo Antônio	3.568,0	Consórcio	SIM	Santo Antônio Energia S.A	39% Furnas	39% Furnas	39,00%	1.391,5
005/2008	UHE Jirau	Chesf Eletrosul	UHE Jirau	3.750,0	Consórcio	SIM	ESBR - Energia Sustentavel do Brasil S.A.	20% Eletrosul 20% Chesf	20% Eletrosul 20% Chesf	40,00%	1.500,0
003/2009	LER	Furnas Elettronorte	EOL Rei dos Ventos 1	58,5	Consórcio	SIM	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	49,00%	28,7
		Furnas Elettronorte	EOL Rei dos Ventos 3	60,1	Consórcio	SIM	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	49,00%	29,4
		Furnas Elettronorte	EOL Miassaba 3	68,5	Consórcio	SIM	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	24,5% Elettronorte 24,5% Furnas	49,00%	33,6
		Eletrobras	EOL Mangue Seco 2	26,0	Consórcio	SIM	Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	49% Eletrobras	49% Eletrobras	49,00%	12,7

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
006/2009	UHE Belo Monte	Eletrobras Chesf Eletronorte	UHE Belo Monte	11.233,0	Consórcio	SIM	Norte Energia S.A.	19,98% Eletronorte 15% Chesf 15% Eletrobras	19,98% Eletronorte 15% Chesf 15% Eletrobras	49,98%	5.614,3
004/2010	A-5	Eletrosul Furnas	UHE Teles Pires	1.819,8	Consórcio	SIM	Cia. Hidrelétrica Teles Pires	24,5% Furnas 24,5% Eletrosul	24,5% Furnas 24,5% Eletrosul	49,00%	891,7
007/2010	LFA	Chesf	EOL Pedra Branca	30,0	Consórcio	SIM	Pedra Branca S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,7
		Chesf	EOL São Pedro do Lago	30,0	Consórcio	SIM	São Pedro do Lago S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,7
		Chesf	EOL Sete Gameleiras	30,0	Consórcio	SIM	Sete Gameleiras S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,7
		Chesf	EOL Casa Nova I	180,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	180,0
002/2011	A-3	Eletrosul	EOL Cerro Chato IV	10,0	Consórcio	SIM	Eólica Cerro Chato IV S.A.	52,53% Eletrosul	59% Eletrosul	59,00%	5,9
		Eletrosul	EOL Cerro Chato V	12,0	Consórcio	SIM	Eólica Cerro Chato V S.A.	52,53% Eletrosul	59% Eletrosul	59,00%	7,1
		Eletrosul	EOL Cerro Chato VI	24,0	Consórcio	SIM	Eólica Cerro Chato VI S.A.	52,53% Eletrosul	59% Eletrosul	59,00%	14,2
		Eletrosul	EOL Ibirapuitã I	25,2	Consórcio	SIM	Eólica Ibirapuitã S.A.	52,53% Eletrosul	59% Eletrosul	59,00%	14,9
		Eletrosul	EOL Cerro dos Trindade	8,0	Consórcio	SIM	Eólica Cerro dos Trindade S.A.	52,53% Eletrosul	59% Eletrosul	59,00%	4,7
		Eletrosul	EOL Chuí I	24,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí I S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	11,8
		Eletrosul	EOL Chuí II	22,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí II S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	10,8
		Eletrosul	EOL Chuí IV	22,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí IV S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	10,8
		Eletrosul	EOL Chuí V	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí V S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	14,7
		Eletrosul	EOL Minuano I	22,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí VI S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	10,8
		Eletrosul	EOL Minuano II	24,0	Consórcio	SIM	Eólica Chuí VII S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	11,8
		Eletrosul	EOL Verace I	20,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu I S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	9,8
		Eletrosul	EOL Verace II	20,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu II S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	9,8

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
002/2011	A-3	Eletrosul	EOL Verace III	26,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu III S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	12,7
		Eletrosul	EOL Verace IV	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu IV S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	14,7
		Eletrosul	EOL Verace V	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu V S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	14,7
		Eletrosul	EOL Verace IV	18,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu VI S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	8,8
		Eletrosul	EOL Verace VII	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu VII S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	14,7
		Eletrosul	EOL Verace VIII	26,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu VIII S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	12,7
		Eletrosul	EOL Verace IX	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu IX S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	14,7
		Eletrosul	EOL Verace X	28,0	Consórcio	SIM	Eólica Geribatu X S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	13,7
003/2011	LER	Furnas	EOL Famosa I	22,5	Consórcio	SIM	Central Eólica Famosa I S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	11,0
		Furnas	EOL Pau Brasil	15,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Pau Brasil S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	7,4
		Furnas	EOL Rosada	30,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Rosada S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	14,7
		Furnas	EOL São Paulo	17,5	Consórcio	SIM	Central Eólica São Paulo S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	8,6
007/2011	A-5	Chesf	EOL Caiçara I	27,0	Consórcio	SIM	Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	13,2
		Chesf	EOL Caiçara II	18,0	Consórcio	SIM	Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	8,8
		Chesf	EOL Junco I	24,0	Consórcio	SIM	Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	11,8
		Chesf	EOL Junco II	24,0	Consórcio	SIM	Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	11,8
		Furnas	EOL São Januário	19,2	Consórcio	SIM	Energia dos Ventos V S.A.	49% Furnas	99,99% Furnas	99,99%	19,2
		Furnas	EOL São Clemente	19,2	Consórcio	SIM	Energia dos Ventos VIII S.A.	49% Furnas	99,99% Furnas	99,99%	19,2
		Furnas	EOL Nossa Sra. de Fátima	28,8	Consórcio	SIM	Energia dos Ventos VI S.A.	49% Furnas	99,99% Furnas	99,99%	28,8

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
007/2011	A-5	Furnas	EOL Jandaia	28,8	Consórcio	SIM	Energia dos Ventos VII S.A.	49% Furnas	99,99% Furnas	99,99%	28,8
		Furnas	EOL Jandaia I	19,2	Consórcio	SIM	Energia dos Ventos IX S.A.	49% Furnas	99,99% Furnas	99,99%	19,2
005/2013	LER	Chesf	EOL Acauã	12,0	Consórcio	SIM	Acauã Energia S.A.	49% Chesf	99,93% Chesf	99,93%	12,0
		Chesf	EOL Angical 2	14,0	Consórcio	SIM	Angical 2 Energia S.A.	49% Chesf	99,96% Chesf	99,96%	14,0
		Chesf	EOL Arapapá	10,0	Consórcio	SIM	Arapapá Energia S.A.	49% Chesf	99,90% Chesf	99,90%	10,0
		Chesf	EOL Caititú 2	14,0	Consórcio	SIM	Caititú 2 Energia S.A.	49% Chesf	99,96% Chesf	99,96%	14,0
		Chesf	EOL Caititú 3	14,0	Consórcio	SIM	Caititú 3 Energia S.A.	49% Chesf	99,96% Chesf	99,96%	14,0
		Chesf	EOL Carcará	10,0	Consórcio	SIM	Carcará Energia S.A.	49% Chesf	99,96% Chesf	99,96%	10,0
		Chesf	EOL Corrupião 3	14,0	Consórcio	SIM	Corrupião 3 Energia S.A.	49% Chesf	99,95% Chesf	99,95%	14,0
		Chesf	EOL Teiú 2	14,0	Consórcio	SIM	Teiú 2 Energia S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	6,9
		Furnas	EOL Bom Jesus	18,0	Consórcio	SIM	Bom Jesus Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	8,8
		Furnas	EOL Cachoeira	12,0	Consórcio	SIM	Cachoeira Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	5,9
		Furnas	EOL Pitimbu	18,0	Consórcio	SIM	Pitimbu Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	8,8
		Furnas	EOL São Caetano	25,2	Consórcio	SIM	São Caetano Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	12,3
		Furnas	EOL São Caetano I	18,0	Consórcio	SIM	São Caetano I Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	8,8
		Furnas	EOL São Galvão	22,0	Consórcio	SIM	São Galvão Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	10,8
		Furnas	EOL Carnaúba I	22,0	Consórcio	SIM	Carnaúba I Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	10,8
		Furnas	EOL Carnaúba II	18,0	Consórcio	SIM	Carnaúba II Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	8,8
		Furnas	EOL Carnaúba III	16,0	Consórcio	SIM	Carnaúba III Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	7,8
		Furnas	EOL Carnaúba V	24,0	Consórcio	SIM	Carnaúba V Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	11,8
		Furnas	EOL Cervantes I	16,0	Consórcio	SIM	Cervantes I Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	7,8

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
005/2013	LER	Furnas	EOL Cervantes II	12,0	Consórcio	SIM	Cervantes II Eólica S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	5,9
		Furnas	EOL Punaú I	24,0	Consórcio	SIM	Punaú Eólica S.A..	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	11,8
		Chesf	EOL Baraúnas I	32,9	Consórcio	SIM	Baraúnas I Energética S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	16,1
		Chesf	EOL Mussambê	32,9	Consórcio	SIM	Mussambê Energética S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	16,1
		Chesf	EOL Morro Branco I	32,9	Consórcio	SIM	Morro Branco I Energética S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	16,1
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana IX	29,6	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,5
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana X	29,6	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,5
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana XI	29,6	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,5
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana XII	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana XIII	29,6	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,5
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana XV	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana XVI	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
006/2013	A-5	Elettronorte Chesf	UHE Sinop	400,0	Consórcio	SIM	Companhia Energética Sinop S.A.	24,5% Elettronorte 24,5% Chesf	24,5% Elettronorte 24,5% Chesf	49,00%	196,0
		Eletrosul	PCH Santo Cristo	19,5	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	19,5
009/2013	A-3	Eletrosul	EOL Capão do Inglês	10,0	Consórcio	SIM	Eólica Coxilha Seca S.A	99,99% Eletrosul	100% Eletrosul	100,00%	10,0
		Eletrosul	EOL Galpões	8,0	Consórcio	SIM	Eólica Coxilha Seca S.A	99,99% Eletrosul	100% Eletrosul	100,00%	8,0
		Eletrosul	EOL Chuí 09	17,9	Consórcio	SIM	Eólica Chuí IX S.A.	99,99% Eletrosul	99,99% Eletrosul	99,99%	17,9
		Chesf	EOL Coqueirinho 2	20,0	Consórcio	SIM	Coqueirinho 2 Energia S.A.	49% Chesf	99,98% Chesf	99,98%	20,0

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
009/2013	A-3	Chesf	EOL Papagaio	18,0	Consórcio	SIM	Papagaio Energia S.A.	49% Chesf	99,96% Chesf	99,96%	18,0
		Eletrosul	EOL Coxilha Seca	30,0	Consórcio	SIM	Eólica Coxilha Seca S.A	99,99% Eletrosul	100% Eletrosul	100,00%	30,0
		Eletrosul	EOL Verace, 24, 25, 26 e 27	57,3	Consórcio	SIM	Eólica Hermenegildo I S.A.	99,99% Eletrosul	99,99% Eletrosul	99,99%	57,3
		Eletrosul	EOL Verace 28, 29, 30 e 31	57,3	Consórcio	SIM	Eólica Hermenegildo II S.A.	99,99% Eletrosul	99,99% Eletrosul	99,99%	57,3
		Eletrosul	EOL Verace 34, 35 e 36	48,3	Consórcio	SIM	Eólica Hermenegildo III S.A.	99,99% Eletrosul	99,99% Eletrosul	99,99%	48,3
		Chesf	EOL Serra das Vacas I	23,9	Consórcio	SIM	Eólica Serra das Vacas I S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	11,7
		Chesf	EOL Serra das Vacas II	22,3	Consórcio	SIM	Eólica Serra das Vacas II S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	10,9
		Chesf	EOL Serra das Vacas III	22,2	Consórcio	SIM	Eólica Serra das Vacas III S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	10,9
		Chesf	EOL Serra das Vacas IV	22,3	Consórcio	SIM	Eólica Serra das Vacas IV S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	10,9
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana I	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana III	29,6	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,5
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana IV	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana V	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana VII	27,2	Consórcio	SIM	Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	13,3
		Chesf	EOL Ventos de Santa Joana IV	28,9	Consórcio	SIM	Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,2
010/2013	A-5	Chesf	EOL Banda de Couro	29,7	Consórcio	SIM	Banda de Couro Energética S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	14,6
		Chesf	EOL Baraúnas II	21,6	Consórcio	SIM	Baraúnas II Energética S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	10,6

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
010/2013	A-5	Chesf	EOL Tamanduá Mirim 2	29,6	Consórcio	SIM	Tamanduá Mirim II Energia S.A.	49% Chesf	83,01 Chesf	83,01%	24,6
		Chesf	EOL Casa Nova II	28,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	28,0
		Chesf	EOL Casa Nova III	24,0	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	24,0
		Furnas	EOL Arara Azul	27,5	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Arara Azul Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	24,8
		Furnas	EOL Bentevi	15,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Bentevi Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	13,5
		Furnas	EOL Ouro Verde I	27,5	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ouro Verde I Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	24,8
		Furnas	EOL Ouro Verde II	30,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ouro Verde II Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	27,0
		Furnas	EOL Ouro Verde III	25,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ouro Verde III Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	22,5
		Furnas	EOL Serra do Mel I	28,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Serra do Mel I	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	25,2
		Furnas	EOL Serra do Mel II	28,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Serra do Mel II	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	25,2
		Furnas	EOL Serra do Mel III	28,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Serra do Mel III	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	25,2
		Furnas	UHE São Manoel	700,0	Consórcio	SIM	Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33% Furnas	33,33% Furnas	33,33%	233,3
		Furnas	EOL Santa Rosa	20,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Santa Rosa Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	18,0
		Furnas	EOL Uirapuru	28,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Uirapuru Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	25,2
		Furnas	EOL Itaguaçu da Bahia	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de Angelim	24,0	Consórcio	SIM	Central Eólica Ventos de Angelim Ltda.	90% Furnas	90% Furnas	90,00%	21,6
		Furnas	EOL Ventos de Santa Luiza	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7

Tabela 6. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de geração de 2004 - 2016

Edital	Tipo Leilão	Participação Sistema Eletrobras	Usina	Potência (MW)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE % de Participação Original	SPE % de Participação Atual	% Sistema Eletrobras	Potência Sistema Eletrobras (MW)
010/2013	A-5	Furnas	EOL Ventos de Santa Madalena	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de Santa Marcella	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de Santa Vera	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de Santo Antonio	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de São Bento	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de São Cirilo	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de São Cirilo S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de São João	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de São João S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7
		Furnas	EOL Ventos de São Rafael	28,0	Consórcio	SIM	Geradora Eólica Ventos de São Rafael S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	13,7

Fonte: CCEE, Resultado consolidado dos leilões - 02/2017, Chesf, Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, Demonstrações Financeiras e Informe aos Investidores 3T16. Elaboração própria.

Nota: Elaboração própria.

1- A SPE Coxilha Seca S.A. foi incorporada em 2016.

Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016

Edital	Empresas Eletrobras	LOTE	Extensão (km)	Capac. de Transf. (MVA)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE Composição Original	SPE Composição Atual	% Sistema Eletrobras	Extensão (km) Sistema Eletrobras	Capac. de Transf. Sistema Eletrobras (MVA)
001/2004	Eletrosul	LOTE B	122,1	-	Consórcio	SIM	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	44% Eletrosul	75% Eletrosul	75,00%	91,6	-
	Furnas	LOTE E	75	-	Consórcio	SIM	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	36,8	-
	Furnas	LOTE F	140	-	Consórcio	SIM	Companhia Sudeste de Transmissão	25% Furnas	25% Furnas	25,00%	35,0	-
	Furnas	LOTE G	92	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	92,0	-
	Chesf	LOTE H	220	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	220,0	-
	Chesf	LOTE I	110	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	110,0	-
	Eletrosul	LOTE K	359	-	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.	49% Eletrosul	100% Eletrosul ¹	100,00%	359,0	-
002/2004	Furnas	LOTE B	61	-	Consórcio	SIM	Companhia Transirapé de Transmissão	24,5% Furnas	24,5% Furnas	24,50%	14,9	-
001/2005	Eletronorte Chesf	LOTE B	695	-	Consórcio	SIM	Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	37% Eletronorte 12% Chesf	37% Eletronorte 12% Chesf	39,00%	271,1	-
	Eletrosul	LOTE D	708	-	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.	49% Eletrosul	100% Eletrosul ¹	100,00%	708,0	-
	Eletrosul	LOTE E	273	-	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.	49% Eletrosul	100% Eletrosul ¹	100,00%	273,0	-
	Furnas	LOTE G	50	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	50,0	-
003/2006	Chesf	LOTE D	105	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	105,0	-
	Chesf	LOTE F	315	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	315,0	-
005/2006	Chesf	LOTE E	396,2	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	396,2	-
004/2007	Eletronorte	LOTE C	402	400	Consórcio	SIM	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71% Eletronorte	49,71% Eletronorte	49,71%	199,8	199
	Eletrosul	LOTE D	233	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	233,0	-
	Chesf	LOTE E	110	302	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	110,0	302
	Eletronorte	LOTE G	36	300	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	36,0	300

Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016

Edital	Empresas Eletrobras	LOTE	Extensão (km)	Capac. de Transf. (MVA)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE Composição Original	SPE Composição Atual	% Sistema Eletrobras	Extensão (km) Sistema Eletrobras	Capac. de Transf. Sistema Eletrobras (MVA)
004/2008	Eletronorte Chesf	LOTE C	586	1950	Consórcio	SIM	Manaus Transmissora de Energia S.A.	30% Eletronorte 19,5% Chesf	30% Eletronorte 19,5% Chesf	49,50%	290,1	965
	Chesf	LOTE G	145	100	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	145,0	100
006/2008	Eletronorte	LOTE A	95	500	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	95,0	500
	Eletronorte	LOTE B	-	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	-
	Furnas	LOTE C	180	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	180,0	-
	Eletrosul	LOTE F	-	150	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	150
	Chesf	LOTE G	-	1500	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	1.500
007/2008	Eletronorte Eletrosul	LOTE A	17,3	-	Consórcio	SIM	Porto Velho Transmissora S.A.	24,5% Eletrosul 24,5% Eletronorte	100% Eletronorte ²	100,00%	17,3	-
	Eletronorte Eletrosul	LOTE C	-	-	Consórcio	SIM	Porto Velho Transmissora S.A.	24,5% Eletrosul 24,5% Eletronorte	100% Eletronorte ²	100,00%	-	-
	Furnas Chesf	LOTE D	2375	-	Consórcio	SIM	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5% Furnas 24,5% Chesf	24,5% Furnas 24,5% Chesf	49,00%	1.163,8	-
	Furnas Chesf	LOTE F	-	-	Consórcio	SIM	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5% Furnas 24,5% Chesf	24,5% Furnas 24,5% Chesf	49,00%	-	-
	Eletronorte Eletrosul	LOTE G	2375	-	Consórcio	SIM	Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,5% Eletrosul 24,5% Eletronorte	49% Eletronorte	49,00%	1.163,8	-
008/2008	Furnas	LOTE C	843	825	Consórcio	SIM	Transenergia Renovável S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	413,1	404
001/2009	Eletronorte	LOTE C	987	-	Consórcio	SIM	Linha Verde Transmissora de Energia Elétrica S.A	49% Eletronorte	100% Eletronorte ³	100,00%	987,0	
	Eletronorte	LOTE D	487	-	Consórcio	SIM	Rio Branco Transmissora S.A.	49% Eletronorte	100% Eletronorte ⁴	100,00%	487,0	-
	Eletronorte	LOTE E	348	750	Consórcio	SIM	Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49% Eletronorte	49% Eletronorte	49,00%	170,5	368
	Chesf	LOTE F	116,3	788	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	116,3	788

Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016

Edital	Empresas Eletrobras	LOTE	Extensão (km)	Capac. de Transf. (MVA)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE Composição Original	SPE Composição Atual	% Sistema Eletrobras	Extensão (km) Sistema Eletrobras	Capac. de Transf. Sistema Eletrobras (MVA)
001/2009	Furnas	LOTE G	-	800	Consórcio	SIM	Transenergia São Paulo S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	-	392
	Furnas	LOTE K	188	-	Consórcio	SIM	Transenergia Goiás S.A.	49% Furnas	99% Furnas	99,00%	186,1	-
	Chesf	LOTE L	152	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	152,0	-
005/2009	Furnas	LOTE A	259	1200	Consórcio	SIM	Goiás Transmissão S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	126,9	588
	Chesf	LOTE C	156	4050	Consórcio	SIM	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	76,4	1.985
	Furnas	LOTE E	99	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	99,0	-
	Chesf	LOTE F	-	2400	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	2.400
	Furnas	LOTE G	258	900	Consórcio	SIM	MGE Transmissão S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	126,4	441
	Eletronorte	LOTE H	30	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	30,0	-
001/2010	Eletrosul	LOTE B	4	497	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul - RS ENERGIA	49% Eletrosul	100% Eletrosul ⁵	100,00%	4,0	497
		LOTE C	33	-	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul - RS ENERGIA	49% Eletrosul	100% Eletrosul ⁵		33,0	-
008/2010	Eletrosul	LOTE B	-	100	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul - RS ENERGIA	49% Eletrosul	100% Eletrosul ⁵	100,00%	-	100
001/2011	Chesf	LOTE A	318,5	2400	Consórcio	SIM	Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	49% Chesf	100% Chesf	100,00%	318,5	2.400
	Chesf	LOTE B	65	150	Corporativo	SIM	-	-	-	100,00%	65,0	150
	Chesf	LOTE C	76	500	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	76,0	500
004/2011	Eletronorte	LOTE A	715	-	Consórcio	SIM	Transnorte Energia S.A.	49% Eletronorte	49% Eletronorte	49,00%	350,4	-
	Eletronorte	LOTE B	-	750	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	750
	Eletronorte	LOTE C	-	200	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	200
	Furnas	LOTE D	50	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	-

Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016

Edital	Empresas Eletrobras	LOTE	Extensão (km)	Capac. de Transf. (MVA)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE Composição Original	SPE Composição Atual	% Sistema Eletrobras	Extensão (km) Sistema Eletrobras	Capac. de Transf. Sistema Eletrobras (MVA)
004/2011	Eletrosul	LOTE E	143	300	Consórcio	SIM	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	49% Eletrosul	49% Eletrosul	49,00%	70,1	147
	Chesf	LOTE G	26	400	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	26,0	400
	Chesf	LOTE H	44	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	44,0	-
	Chesf	LOTE I	136	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	136,0	-
	Chesf	LOTE L	836,2	2100	Consórcio	SIM	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49% Chesf	49% Chesf	49,00%	409,7	1.029
006/2011	Eletrosul	LOTE A	800	166	Consórcio	SIM	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	80% Eletrosul	80% Eletrosul	80,00%	640,0	133
	Chesf	LOTE B	85,3	600	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	85,3	600
	Eletrosul	LOTE D	9,5	1589	Consórcio	SIM	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.	49% Eletrosul	100% Eletrosul ¹	100,00%	9,5	1.589
	Eletrosul	LOTE F	35,5	896	Consórcio	SIM	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	20% Eletrosul	20% Eletrosul	20,00%	7,1	179
	Furnas	LOTE H	-	340	Consórcio	SIM	Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	-	167
002/2012	Eletronorte	LOTE C	-	450	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	450
	Chesf	LOTE D	50	360	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	50,0	360
	Furnas	LOTE E	-	1200	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	1.200
003/2012	Chesf	LOTE A		600	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	0,0	600
	Chesf	LOTE B	210	250	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	210,0	250
	Chesf	LOTE C	85	2050	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	85,0	2.050
005/2012	Eletrosul	LOTE A	504	-	Consórcio	SIM	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	51% Eletrosul	51% Eletrosul	51,00%	257,0	-
007/2012	Furnas	LOTE D	296,5	-	Consórcio	SIM	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49% Furnas	49% Furnas	49,00%	145,3	-

Tabela 7. Participação Sistema Eletrobras, resultado leilões de transmissão de 2004 - 2016

Edital	Empresas Eletrobras	LOTE	Extensão (km)	Capac. de Transf. (MVA)	Modalidade de participação	Constituição de SPE	SPE constituída	SPE Composição Original	SPE Composição Atual	% Sistema Eletrobras	Extensão (km) Sistema Eletrobras	Capac. de Transf. Sistema Eletrobras (MVA)
007/2012	Furnas	LOTE G	-	-	Consórcio	SIM	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,5% Furnas	24,5% Furnas	24,50%	-	-
002/2013	Furnas	LOTE B	162	540	Consórcio	SIM	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39% Furnas	39% Furnas	39,00%	63,2	211
007/2013	Furnas	LOTE A	847	1600	Consórcio	SIM	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,9% Furnas	49,9% Furnas	49,90%	422,7	798
	Furnas	LOTE D	69	-	Consórcio	SIM	Lago Azul Transmissão S.A.	49,9% Furnas	49,9% Furnas	49,90%	34,4	-
	Eletrosul	LOTE I	616	316	Consórcio	SIM	Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	51% Eletrosul	51% Eletrosul	51,00%	314,2	161
	Eletrosul	LOTE K	-	300	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	-	300
	Eletronorte	LOTE N	657	100	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	657,0	100
011/2013	Furnas Eletronorte	LOTE AB	2092	-	Consórcio	SIM	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,5% Furnas 24,5% Eletronorte	24,5% Furnas 24,5% Eletronorte	100,00%	2.092,0	-
004/2014	Eletrosul	LOTE A	2168	-	Corporativo	-	-	-	-	100,00%	2.168,0	-
	Eletrosul	LOTE E	293	300	Consórcio	SIM	Paraíso Transmissora de Energia S.A.	24,5% Eletrosul	100% Eletrosul	100,00%	293,0	300

Fonte: ANEEL, Resumo dos resultados dos leilões de transmissão até 2015, Chesf, Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, Demonstrações Financeiras e Informe aos Investidores 3T16.

Nota: Elaboração própria.

- 2- A SPE Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A. foi incorporada pela Eletrosul em 2013;
- 3- A SPE Porto Velho Transmissora S.A. teve a participação da Eletrosul transferida para a Eletronorte em 2013 e foi incorporada pela Eletronorte em 2015;
- 4- A SPE Linha Verde Transmissora de Energia Elétrica S.A foi incorporada pela Eletronorte em 2016;
- 5- A SPE Rio Branco Transmissora S.A. foi incorporada pela Eletronorte em 2015;
- 6- A SPE Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul - RS ENERGIA foi incorporada pela Eletrosul em 2013.